

RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA: luta por terra na região canavieira pernambucana

MARCOS ANTONIO B. FIGUEIREDO¹
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: Como resposta a crise gerada pelo modelo canavieiro capitalista, camponeses sem terra e trabalhadores rurais e urbanos da região canavieira pernambucana desenvolveram, através de movimentos sociais, uma ação social coletiva com a finalidade de conquistar terra para formar assentamentos e responder as suas necessidades de reprodução social. Este processo, caracterizado por conflitos sociais, em geral violentos, expressou toda uma capacidade de mobilização e resistência do campesinato para permanecer em terras improdutivas de engenhos e usinas falidas. Com isto, protagonizaram um processo de intensa mobilização social, nas duas décadas passadas, se constituindo como “sujeitos da reforma agrária”, que resultou na melhoria das condições de vida e na autoconfiança das famílias camponesas assentadas.

Palavras-chave: assentamentos rurais; resistência camponesa; zona canavieira pernambucana.

Abstract: As a response to the crisis created by the capitalist model of sugar cane agriculture, landless peasants and rural and urban workers of the Pernambucan cane region developed through social movements a collective social action with the goal of gaining land to form settlements and meet their requirements for social reproduction. This process, characterized by generally violent social conflicts, expressed the peasantry's capacity for mobilization and resistance enabling them to stay on unproductive lands of plantations and defunct sugar mills. They have led a process of intense social mobilization over the past two

decades, constituting themselves as “subjects of agrarian reform,” which resulted in the improvement of the living conditions and self-confidence of settled peasants.

Keywords: rural settlements; peasant’s resistance; sugar cana area of Pernambuco.

A modo de introdução

Não obstante, o domínio histórico do modelo canavieiro sobre a propriedade da terra, a economia e a política na região da mata pernambucana, camponeses e trabalhadores rurais através de seus movimentos sociais, históricos e atuais, reagiram e reagem por meio de ações sociais coletivas a degradação social e a destruição ambiental. Entre as décadas de 1990 e 2000, estes segmentos sociais voltaram com força ao cenário político regional organizando ocupações de terras improdutivas de engenhos e usinas falidas como uma resposta à crise gerada por tal modelo, dando assim maior visibilidade a conflitividade agrária existente. Desta forma, a luta pela terra com todos os embates e conflitos decorrentes se constituiu no caminho alternativo para milhares de famílias empobrecidas que desde suas capacidades de mobilização e resistência conquistaram assentamentos rurais para sua reprodução social, esboçando uma estratégia contra-hegemônica voltada para produção de alimentos para o auto-consumo e mercado local.

Este texto, parte de uma investigação mais ampla desenvolvida pelo autor,² enfoca a conquista da terra e formação de assentamentos como uma estratégia que tem potencial para enfrentar os problemas crônicos de desemprego, insegurança alimentar e habitação existente na região. Além disto, estes mudaram a paisagem rural, incrementando uma dinâmica social muito mais viva que é própria das áreas habitadas por comunidades camponesas.

Mobilização do campesinato como resposta à crise do modelo canavieiro

Neste texto, abordaremos o processo de luta pela terra e formação de assentamentos que ocorreu entre os anos 90 e meados da década

seguinte na região canavieira pernambucana como uma resposta dos movimentos sociais de trabalhadores rurais à crise socioeconômica e ambiental gerada pelo modelo canavieiro que marcou o cenário regional. Seu aspecto mais importante para a classe empresarial foi uma ruptura no processo de acumulação capitalista, influenciado por diversos fatores como expressou Manuel Correia de Andrade:

“A crise resultou de uma série de fatores, como a desatualização tecnológica do parque industrial açucareiro, em comparação com outras áreas do País, da crise do mercado internacional do açúcar, das mudanças políticas do governo federal, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, da abertura para o mercado, com a política creditícia e, finalmente, com a ocorrência de dois grandes períodos de seca, nas décadas de 80 e 90.”³

Assim, foi a orquestração de um conjunto de fatores que gerou a referida crise. Todavia, entre estes, a extinção do IAA em 1990 e as cobranças de dívidas públicas por parte dos governos federal e estadual foram os aspectos mais relevantes em função da dependência histórica do setor do Estado, conforme afirma enfaticamente Emília Moreira: “*A retirada dos subsídios, a cobrança de dívidas do setor açucareiro e alcooleiro pelos governos federal e estadual e pelo IAA, o acúmulo de dívidas trabalhistas, entre outros fatores, foram responsáveis pela desarticulação do setor arcaico da economia açucareira*”.⁴

Uma breve radiografia desta situação foi publicada pelo periódico Gazeta Mercantil em seu Balanço anual de 1997 onde informa que “*das 48 usinas de Pernambuco, 15 não operam nesta safra; o desemprego alcança 91 mil pessoas; mais de 79% da área cultivada pertence às usinas que juntas tem uma dívida de R\$ 2 bilhões de reais com governos federal e estaduais, com os trabalhadores e INSS. Além do que, a concorrência com os Estados do Sul e Centro-Oeste com produtividade superior a do Nordeste agravar-se a cada ano*”.⁵

Para os trabalhadores, a consequência imediata foi o desemprego. Dados apresentados pela CPT estimam que houve uma perda definitiva de cerca de 150 mil postos de trabalho. A este número, deve-se acrescentar um contingente de 40 mil famílias camponesas que foram expulsas nos últimos 20 anos, do interior de engenhos e usinas onde produziam, em

pequenos sítios, alimentos para o auto-consumo e mercado local. Diante da grave situação social gerada pelo modelo canavieiro, os movimentos de trabalhadores sem terra propunham a democratização da terra de engenhos e usinas falidas com a realização de uma reforma agrária. Enquanto isto, os empresários do setor defendiam a manutenção da propriedade da terra, perdão das dívidas e a reestruturação produtiva com o incremento de recursos públicos para salvar as usinas falidas. Deste modo, exigiam, mais uma vez, uma atitude protecionista do Estado através do incremento de políticas públicas para solucionar seus problemas privados.⁶

Em uma palavra, defendiam a manutenção da ordem capitalista imperante. Todavia, a aglutinação de contingentes expressivos de famílias em torno de movimentos sociais para lutar por uma reforma agrária configurou dois campos políticos formados por forças sociais opostas que polarizaram projetos distintos para o enfrentamento da crise existente na região. Desta forma, a eclosão de ondas sucessivas de conflitos pela terra, a partir dos 1990, entre uma massa de trabalhadores assalariados, desempregados, camponeses com terra e sem terra e os empresários, foi resultado de uma combinação de fatores que naquele momento histórico favoreceram a realização de mobilizações sociais para conquistar terra para trabalhar e morar, e com isto, responder ao desafio da reprodução social de famílias que outrora haviam sido expulsas do campo ou perdido seu posto de trabalho.

De fato, diversos autores identificam na reação dos movimentos sociais uma resposta à crise social gerada pelas usinas. Sobre isto, Gustavo Albuquerque afirma que foi a “*crise do sistema canavieiro que abriu as portas*”⁷ para a luta pela terra e formação de assentamentos rurais na região canavieira. Esta hipótese foi apresentada anteriormente por Sérgio Leite em investigação sobre a formação de assentamentos rurais em diversas regiões do País. Para este autor, a ocupação de terra e criação de assentamento ocorre em regiões onde a agricultura industrial se encontra em crise. Deste modo, afirmou baseado em dados do INCRA, que “*89% das desapropriações/assentamentos partiram dos trabalhadores vivendo em contextos de crise*”.⁸ Abordando este tema, Manuel C. de Andrade é mais explícito e vincula a reação dos trabalhadores à crise gerada pela agricultura capitalista canavieira: “*o impacto causado pela crise*

da agroindústria açucareira estimulou movimentos de trabalhadores rurais visando ocupar áreas inaproveitadas". Em outra passagem, o autor relaciona a atuação destes movimentos à herança política forjada nas lutas camponesas da década de 50 e 60 do século passado:

“Os trabalhadores tinham certo nível de organização política em face das recordações da ação das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica (...) e passaram a invadir propriedades e dividir terras ou explorando-as em comunidades”.⁹

Com relação à composição destes movimentos, são as pessoas vinculadas aos segmentos sociais citados que vivem na periferia de cidades e no campo, que vão compor suas fileiras e aderir à luta, ocupando terras improdutivas de engenhos e usinas na região. Estes exerceram o papel de animadores de grandes mobilizações camponesas massificando as ocupações de terra e atos públicos de protesto nas cidades, que contribuíram para dar visibilidade à enorme tensão social existente no campo que a sociedade, em geral, não percebia.¹⁰

Um breve panorama dos conflitos por terra

No cenário nacional, Pernambuco tem se destacado em termos de mobilizações sociais para ocupação de terra e formação de assentamento desde os anos 90.¹¹ Um estudo conduzido por um Grupo de Trabalhos Interministerial, vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República ressalta a participação deste Estado como o “*segundo da federação com maior número de conflitos agrários*”. Citando dados da CPT, o documento informa que “*Em 2003 foram identificados 165 conflitos, envolvendo um total de 92.390 pessoas. A luta ocorre em torno da posse e uso da terra, opondo grandes produtores de cana ou usinas a agricultores sem ou com pouca terra, principalmente na Zona da Mata*”.¹²

É nesta região de Pernambuco onde se verifica o maior dinamismo das mobilizações sociais em torno da questão da terra. Sobre isto, este estudo informa, citando dados da Ouvidoria Agrária Nacional/MDA, que do total de 327 acampamentos existentes no Estado são “*os municípios de Amaraji e Palmares, cada um com 23 acampamentos, Aliança com 16 e*

*Cabo de Santo Agostinho com 14” que se desatacam. No total, segundo o documento “existe um expressivo contingente de 23.001 famílias vivendo em acampamentos em todo o Estado. Também em relação à violência contra os trabalhadores rurais, Pernambuco ocupou em 2003 o 3º lugar em número de assassinatos decorrentes da luta pela terra”.*¹³

A análise dos dados sobre conflitos no campo e ocupação de terra dois anos depois, 2005, indicava a permanência das mobilizações sociais, não obstante, estudiosos observarem uma tendência declinante desta estratégia de luta pela terra no País.¹⁴ Neste ano, Pernambuco foi o Estado que mais realizou ocupações de terra em todo o Brasil. Os 14 movimentos de Sem Terra existente no Estado realizaram 88 ocupações, que segundo a CPT corresponderam a 20% do total, mobilizando diretamente 14% do número de famílias brasileiras envolvidas nesta forma de luta social. Estas famílias reivindicavam a posse de mais de 80 mil hectáres de terras para produzir e viver. Havia também, neste ano, em Pernambuco 248 acampamentos com o expressivo número de 23.319 famílias¹⁵ vivendo precariamente dentro de grandes propriedades e a margem de estradas conforme dados oficiais do INCRA.¹⁶ Desta forma, os movimentos “*espacializaram o conflito*”¹⁷ por todo Estado de Pernambuco em confronto aberto com grandes proprietários de terra e com os “barões do açúcar”.

Ainda segundo a CPT de todas as ocupações realizadas em Pernambuco, em 2005, 30% ocorreram em municípios da região dominada pelo monocultivo canavieiro.¹⁸ Uma “*região explosiva*”¹⁹ que se tornou um epicentro da luta pela terra no Brasil em função da enorme contradição existente no campo e do potencial mobilizador dos movimentos em organizar protestos. Por um lado, a abrupta concentração de propriedade da terra, herança do período colonial, choca com a exclusão de milhares de famílias que vivem à margem dos latifúndios e nas periferias de cidades interioranas e são reais demandantes de terra. Por outro, reflete a capacidade dos movimentos em coordenar ações sociais coletivas em áreas rurais e urbanas que tem resultado em ocupações, acampamentos e na conquista de assentamentos por famílias, que não poucas vezes enfrentaram o poder dos usineiros, a força policial e outras formas de violência para ficar na terra, explicitando assim uma capacidade

de resistência, conforme veremos adiante a partir dos discursos dos entrevistados.

Todavia, antes disto, queremos aqui focar brevemente a natureza destes conflitos por terra. Analisando-os, Maria Lia Correa de Araújo chama a atenção para a *“dificuldade em conceituar as diversas formas de luta pela terra no Brasil como ações de classes sociais explicitamente reconhecidas, apesar de aflorar com relativa clareza a existência de uma identidade coletiva, em torno da qual é possível visualizar adversários e o campo do conflito”*.²⁰ De acordo com esta autora, citando Vera Botta Ferrantes, *“a demanda pela terra possui um perfil ímpar, aglutinando trabalhadores rurais e urbanos. Suas vinculações com problemas de desemprego e de habitação, dão-lhe a configuração de uma alternativa buscada para suprimentos das necessidades de reprodução social”*.²¹

Este tema foi abordado com propriedade pelo professor Manuel González de Molina e Eduardo Sevilla Guzmán, em estudo sobre o campesinato andaluz, onde demonstraram que este tipo de conflito se explica como conflito reprodutivo do tipo intermodal, isto é, como conflito ecológico distributivo cujo aspecto central é o enfrentamento pelo modo de apropriação e uso dos recursos naturais, entre os camponeses que lhes utilizam para se reproduzirem socialmente e as empresas capitalistas que se apropriam com a finalidade de produzir mercadorias, gerar lucros e acumular capital.²² Assim, no caso aqui abordado, advogamos que os embates e toda conflitividade agrária existente na região canvieira é motivada por um objetivo principal: garantir a reprodução social através do acesso aos recursos naturais, e não a produção de mercadorias. Em outras palavras, os conflitos pela terra são conflitos do tipo ecológico por uma estratégia reprodutiva que une os *“refugiados ecológicos”*²³ sob a mesma causa: conquistar um lugar para viver e trabalhar. Por isto, não é surpreendente a adesão de assalariados, temporais e permanentes, que vivem no campo ou nas cidades à luta pela terra.

Para estes segmentos, o problema que está posto é o da reprodução social. E para lograr este objetivo supremo, os sem terra não fazem separação entre a luta por salário ou pela terra, muitas vezes compreendidas como lutas por interesses opostos. Sobre isto, a professora Maria Narazé Wanderley já havia chamado atenção, em seu reconhecido

livro *Capital e a Propriedade Fundiária* publicado no final dos anos 70, que “*salário e terra não são interesses contraditórios*”.²⁴ Não obstante, durante muito tempo ter sido abordado como lutas por interesses distintos, o que justificava a separação dos atores sociais entre aqueles que queriam salário e aqueles que queriam terra, sendo estes últimos, muitas vezes secundarizados em função da prioridade para o conflito capital versus trabalho, e portanto para o proletariado do campo reconhecido como a vanguarda da luta social.

Como desdobramento desta concepção as estratégias da luta social ocorrida na região canavieira nas décadas de 50 e 60, cujos protagonistas principais foram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Ligas Camponesas, foram tratadas separadamente. Sobre isto, a autora citada afirmou:

“Os líderes do movimento, bem como os demais grupos e instituições envolvidas, partiam da pressuposição de que foreiros e moradores constituíam classes distintas – camponeses e proletários rurais – o que justificava a divisão do movimento em duas organizações diferentes. As divergências entre os representantes de cada uma destas organizações se situavam na importância atribuída a cada uma destas classes como força política no interior da sociedade brasileira”.²⁵

Para concluir este tópico, sem ânimo de profundidade, é suficiente afirmar que os conflitos por terra são orientados pelo imperativo da reprodução social. Este une uma grande heterogeneidade de segmentos sociais empobrecidos pelo sistema canavieiro dominante, que a partir de suas capacidades de fazer política respondem à degradação social com a implantação de acampamentos, mesmo que isto demande enormes sacrifícios para resistir na terra, como veremos.

Acampamento: um lugar de resistência política do campesinato

Expropriados pelo sistema socioeconômico, vivendo na periferia de pequenas cidades e desagregados socialmente, muitos pobres encontraram na luta pela terra um fator de aglutinação social e de formação política.²⁶ Para conquistar a terra, estes resistiram e ainda

resistem porque a persistência na luta é a condição para se lograr este objetivo, mesmo tendo que enfrentar uma realidade ímpar, cheia de adversidades que são peculiares à vida em acampamento. Em geral, as famílias reúnem seus poucos *“pertences baixo barracas de lona ou plástico nas quais vivem até doze pessoas, expostas ao calor, ao frio e doenças”*.²⁷

Nesta fase da luta, a ausência de políticas públicas básicas é notável. Assim, as famílias vivem em precárias condições com a falta de infra-estrutura sanitária, de saúde, transporte, educação e insegurança alimentar.²⁸ Desta forma, o drama da fome está presente nos acampamentos. Durante nossa investigação este tema foi recorrente, sendo considerado por diversos entrevistados com a maior adversidade. Na fala de João Alves, camponês do assentamento Águas Claras, município de Ribeirão, está explícito a capacidade de resistência para conquistar a terra mesmo quando teve que enfrentar este drama: *“aqui passei oito meses com fome para conseguir esta terra”*. Determinação semelhante à de Antonia Monteiro que recordando a vida no acampamento disse: *“lutamos muito, passamos muitas dificuldades, muita fome”*. Esta camponesa, como outras entrevistadas, enfrentou sucessivos despejos, sendo obrigada a desmontar acampamento em um lugar para montar em outro. Um tipo de migração forçada para prosseguir na luta e conquistar a terra, conforme relatou:

“o primeiro acampamento que fomos foi Primoroso que está próximo ao município de Joaquim Nabuco. Ali passamos três meses. A comida (cesta básica) era pouca, difícil, todavia vivíamos. Dali fomos para Tapuia, em Amaragi. Neste acampamento ficamos muito tempo. Era dentro de uma mata e eu não tinha barraca, era sem lona. Um sofrimento enorme. Eu não tinha lona, não tinha nada. Esta situação ficou pior com a chegada do inverno”.

Deste acampamento as famílias foram expulsas outra vez, sendo forçadas a partir feito “errantes” em busca da terra para viver em outros municípios da região canavieira. Sobre isto, a entrevistada fez um relato comovente que ilustra o confronto desigual entre estas e uma força militar: *“foi o líder que falou que estávamos sendo expulsas da área. Despejo. Este companheiro disse: A proprietária vai nos colocar*

para fora, estamos sendo despejados. Ficamos como loucos juntando nossos pertences pela noite. Era quase meia noite e chovia muito quando o caminhão chegou". Dali foram para o acampamento de Serrinha, município de Ribeirão, quando enfrentaram um grande aparato policial como resposta a ocupação de terras de uma usina falida: *"ali estava à polícia de Palmares, de Ribeirão, de Xexéu, de Água Preta, de Amaragi, chegavam de todos os municípios da região canavieira. Foram muitos para nos colocar para fora outra vez. Eu disse: Para que tanta polícia? Nós não queremos matar ninguém, queremos um pedaço de terra para viver. Eu não vou desistir de forma alguma só se morrer"*. (Antonia Monteiro).

A partir deste relato é possível discernir a determinação dos camponeses em resistir na terra, como também a larga trajetória que tiveram que percorrer até conquistarem as terras da Usina Estreliana para formar os Assentamentos de Serrinha e Águas Claras. Este caso ilustra a intensa conflitividade agrária existente na região. Esta é caracterizada por um lado pela resistência do campesinato para permanecer na terra e, por outro, pelos embates quase sempre violentos, conforme verificamos em uma vasta documentação consultada no Arquivo Público Estadual. No período consultado, 1999 a 2006, os grandes jornais de Pernambuco denunciaram diversos atos violentos contra os trabalhadores rurais, uma verdadeira barbárie no campo.²⁹ Uma violência que tem traços de violência de classe onde os grandes proprietários organizadamente e com apoio institucional eliminam aqueles que lutam pela democratização da terra. Com isto, muitos lutadores do povo tombaram, como afirma Maria Oliveira, superintendente do INCRA em Pernambuco: *"quem morre no campo?"* Ela mesma respondendo afirmou: *"morre indígena, morre negros quilombolas, morre garimpeiros, morre pequenos agricultores, morre mulheres, crianças, jovens, morre chefes de famílias, padres, funcionário público, promotor público federal, morrem freiras, morre todos aqueles que fazem intervenções em prol de uma sociedade que clama por justiça"*.

Em definitivo, são embates desiguais onde os movimentos sociais e seus aliados só podem responder com mobilizações políticas e resistência na terra. Sobre isto, Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo e estudioso do Movimento dos Sem Terra no Brasil, afirmou que *"as*

famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra. Esta resistência pode ser desenvolvida a partir da (re) criação de formas de luta popular e pressão política sobre parlamentares e o governo”. Continuando afirmou, baseado em Ricardo Abramovay, que esta luta une toda a família acampada com destaque para participação das mulheres: “*e não se pense que estas discussões envolvem somente os homens. Em um acampamento, as mulheres têm um papel ativo sobre a decisão dos rumos do movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens ‘voltarem da luta’, vão com seus esposos e seus filhos para a frente de batalha”*.³⁰

Assim, desde os diversos embates tornam-se “sujeitos da reforma agrária”, forçando o Estado a exercer seu papel de desapropriar terras improdutivas e assentar famílias, conforme veremos à continuação.

“Reforma da terra desde baixo”: o protagonismo dos Movimentos Sem Terra

Não obstante, está previsto na Constituição Brasileira o direito à terra, sobretudo quando esta não cumpre sua função social³¹ as desapropriações para fins de reforma agrária ainda estão por se cumprir. Nestes termos, a mais recente proposta governamental, II Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado em 2003, não saiu do papel, principalmente em relação à distribuição de terra para os demandantes. Diversas avaliações realizadas identificaram que suas metas são tímidas e mesmo que este fosse aplicado integralmente não resolveria o problema fundiário brasileiro. Diante disto, Ariovaldo Umbelino de Oliveira sugere uma reação da sociedade civil para cobrar promessas de campanha do Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que gerou grande expectativa em relação à Reforma Agrária.³² Horácio Martins de Carvalho também não alimenta expectativa em relação a um cambio agrário, principalmente por conta da política econômica neoliberal do governo, que ele considera um grande obstáculo. Para este autor, esta política não permite uma verdadeira reforma agrária baseada na mudança cultural e do poder em toda sociedade.³³

Deste modo, a política governamental atual consiste numa tímida política de assentamentos pontuais que só funciona com a pressão dos

movimentos sociais. Neste sentido, a conquista da terra depende mais da iniciativa dos trabalhadores em organizar ações sociais coletivas para pressionar o Estado a desapropriar terras improdutivas do que de uma política pública planejada pelo INCRA.³⁴ Em algumas situações os movimentos executam até funções que são próprias do órgão competente, que por conta da morosidade dos tramites burocráticos demora muito para realizar a desapropriação, demarcação e assentamentos das famílias. Um exemplo disto foi o caso do engenho de Bonito, na região canavieira, onde o MST cansado de esperar pela demarcação de parcelas, se encarregou de dividir as terras e assentar famílias a revelia do INCRA, conforme afirmou Jaime Amorim, dirigente do MST em Pernambuco: *“vamos assentar as famílias independentemente do INCRA. Estamos realizando um trabalho que o INCRA deveria ter feito há muito tempo. Quem está em acampamento há sete anos sabe que a reforma agrária só sai do papel assim”*.³⁵

Este processo é definido por Delma Pessanha como uma *“reforma agrária esforçada”* em que os camponeses têm que insistir e em boa parte dos casos exercitar a política de auto-assentamento. Fato que segundo a autora é *“registrado por inúmeros investigadores que consideram este processo como de construção social dos assentados”*.³⁶ Desta forma, homens e mulheres assumem o papel de protagonistas, realizando desde suas próprias forças uma *“reforma da terra desde baixo”*. Esta expressão foi proposta pela Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizado em Porto Alegre em 2006, e expressa literalmente a resistência do campesinato em diversos países do mundo, particularmente no Brasil, em suas lutas coletivas para produzir e viver na terra.³⁷

Assentamento: ponto de chegada e partida

A conquista da terra, nestas duas últimas décadas na região canavieira é desde a perspectiva dos movimentos sociais, o acontecimento mais novo e importante da conjuntura agrária regional, pelo menos em dois aspectos principais. Primeiro, porque simboliza uma capacidade de resposta do campesinato a crise, que desde seu potencial endógeno gerou uma ação social transformadora que implicou na formação

de assentamentos que representam, em última instância, uma nova oportunidade de inclusão socioeconômica para muitos trabalhadores que viviam precariamente no campo e nas cidades. Segundo, porque é desde os assentamentos que se desenvolvem as experiências agroecológicas que estão se constituindo como um caminho alternativo para o desenvolvimento local, baseado na economia camponesa, na conservação da natureza e na produção de alimentos para o auto-consumo e mercado local.

Assim, famílias assentadas na região estudada têm desenvolvido estratégias de desenvolvimento baseadas no manejo ecológico dos recursos naturais e em circuitos curtos para comercialização de seus produtos, e a partir disto estão reorientando a coevolução social e natural para patamares mais sustentáveis. Todavia, para que uma estratégia baseada na Agroecologia prospere o acesso a terra é condição essencial.

Neste sentido, a leitura dos dados oficiais sobre volume de terra desapropriada e de famílias assentadas indica uma débil intervenção governamental para desconcentração da propriedade em Pernambuco. Ao todo, foram implementados entre o fim dos anos 1980 até 2005 pelos três órgãos/programas do governo federal e estadual vinculados à reforma agrária, cerca de 437 projetos de assentamentos com área correspondente a 218.997 mil hectares de terra, onde foram assentadas 18.880 famílias, conforme podemos verificar na tabela em anexo.³⁸

Números irrisórios que não lograram alterar a concentração de terra nem o quadro de exclusão social existente no campo. O somatório das terras desapropriadas representa somente 2% da área territorial de Pernambuco.³⁹ A falta de terra por um lado, contrasta com o desperdício por outro. Sabe-se que existe nas grandes propriedades pernambucanas um volume de terras improdutivas da ordem de 701.051 hectares que é suficiente para atender a todas as famílias demandantes por terra no Estado, que são 23.319, conforme dados oficiais já citados.⁴⁰

Observando especificamente os números referentes a assentamentos na referida tabela, verificamos uma superioridade da região canavieira em relação às outras do Estado, principalmente em relação ao número de famílias assentadas que é de 42,8% do total de Pernambuco, apesar da área média de suas parcelas ser inferior a de assentados nas outras

regiões. Dentro desta região, a parte ao sul do Estado, é notadamente a mais dinâmica em relação à atuação dos movimentos sociais. Dados do INCRA (SR – 03) revelam a existência de 32% de todos os projetos de assentamento do Estado, envolvendo diretamente 35% do total de famílias assentadas.⁴¹ Isto confirma a relevância que a luta pela terra tem nesta região, que por sua vez influi para a existência de mais conflitos e assentamentos quando comparada às outras.

Embora as desapropriações sejam insuficientes para atender a demanda existente, como vimos, a conquistada da terra na região onde a agricultura industrial capitalista é mais forte, é um fato inédito na história. Pois, é a primeira vez que movimentos sociais conseguiram mobilizar um contingente tão expressivo de famílias, por tanto tempo e com resultados efetivos sobre a conquista da terra. Sobre isto, Euclides Nascimento, um líder histórico do movimento sindical de Pernambuco, afirmou entusiasmado: *“faz muito tempo que eu luto (se referindo ao ano de 1961) para ver o que estou vendo hoje. Uma usina como a Central Barreiro, que era famosa neste Estado, está completamente nas mãos dos camponeses, dos sindicatos e da Fetape. Só aí são dez mil e tantos hectares de terra na Zona da Mata. Isto é muita terra posta em produção”*. Continuando, fala de outras conquistas e apresenta a Reforma Agrária como a alternativa para os trabalhadores desta região: *“a usina Tiúma foi à falência, a usina Aliança também, e várias outras, na usina Catende os trabalhadores assumiram junto com o sindicato, desde os trabalhos em campo até a indústria. Então, hoje a saída para a Zona da Mata seria mesmo a reforma agrária”*.

De fato, são conquistas históricas a partir das quais os camponeses estão desenhando novos rumos para suas vidas. Para eles, o assentamento é um lugar para viver, para criar os filhos e trabalhar, produzindo alimentos para sua própria sobrevivência, inserindo-se em uma dinâmica socioeconômica mais estável em relação a sua condição de vida anterior.⁴² Deste modo, o acesso a terra é o requisito primeiro para construção de um modo de vida diferente com mais autoconfiança no futuro, conforme as entrevistas e o grupo de discussão realizado com camponeses do Assentamento de Serrinha, cujas informações apresentamos a continuação.

Impactos dos assentamentos: “*Um camponês sem terra não vive*”

Desapropriada a terra, se inicia o assentamento propriamente dito. De um modo geral, os primeiros anos desta fase são bastante difíceis. As intervenções do Estado para demarcação da terra, construção de residências, eletrificação rural e implantação de infra-estruturas básicas são em geral, demasiada lentas, exigindo das famílias assentadas grandes sacrifícios e persistência. O sistema de crédito rural para os primeiros cultivos também tarda, resultando assim em inúmeros obstáculos para a permanência na terra conquistada depois de anos de resistência nos acampamentos. Deste modo, a luta não termina com a conquista do assentamento, ela adquire novos contornos com prioridades e necessidades imediatas. Só depois de anos de espera e de novos embates com órgãos públicos é que os assentamentos adquire melhores condições para se viver. Desta forma, “*o acesso a terra aparece como uma perspectiva da estabilidade a longo prazo*”.⁴³

Neste contexto austero, as famílias realizam um processo de adaptação e transformação da área conquistada, imprimindo-lhe uma “*territorialização camponesa*”,⁴⁴ muito mais viva se comparada com a paisagem anterior, conforme observou Eliane da Fonte: “*os vários projetos de assentamento tem levado a modificação da paisagem rural até recentemente caracterizada pelo amplo predomínio da plantação canavieira*”.⁴⁵ Estes territórios conquistados representam um ponto de chegada de uma trajetória percorrida como também um ponto de partida para um novo modo de vida, como afirmou Sérgio Leite: “*... ao mesmo tempo em que podem ser vistos como ‘ponto de chegada’ do processo de luta pela terra, os assentamentos se tornam como ‘pontos de partida’ para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer, desde a organização do lote a construção do local de morada até toda infra-estrutura coletiva e de serviços necessária à viabilidade econômica e social das novas unidades de produção familiar criadas*”.⁴⁶

Assim, o assentamento recorda de acordo com Sônia Bergamasco, citada por José Geraldo Winzniewske, “*um processo em movimento, uma transformação em curso referida a um espaço físico: base da implantação de uma comunidade determinada. Contém assim, o aspecto do território*

socialmente habitado e trabalhado por um grupo, cujo objetivo é a exploração deste espaço”.⁴⁷

Em outras palavras, um lugar de trabalho e vida, em que as famílias assentadas lutam para conquistar um desenvolvimento socioeconômico através da implantação de campos de cultivos, de sistemas de criação de animais, de construções de currais, de habitação, de escola para educação formal e estradas. Tudo isto, dar ao local uma dinâmica social própria das áreas habitadas por famílias camponesas. Estas, ao longo do tempo, implementam suas estratégias de convivência social e produtiva, baseadas frequentemente na pluriatividade, articulando simultaneamente a produção para o consumo e para o mercado com atividades realizadas fora da parcela com a finalidade de complementar a renda familiar. Em definitivo, implementam uma diversidade de ações produtivas para se manterem na terra, que associada à conquista de infra-estrutura influem nas condições de vida, considerada como melhor quando comparada com aquela imediatamente anterior ao assentamento.⁴⁸

O estudo realizado por Sérgio Leite, uma referência importante entre tantas investigações realizadas sobre assentamentos rurais no Brasil,⁴⁹ escapa da perspectiva economicista, ressaltando fatores relacionados a demografia, infra-estrutura social e produtiva, relação com o mercado, condições de trabalhos, construção de residências, escolas, que contribuem para melhorar a vida das famílias assentadas. Para este autor, os assentamentos são uma *“alternativa para a população do campo e cidades, principalmente, em período de crise econômica”*. Isto é, em cenário nacional desfavorável para os trabalhadores com

“elevado índice de desemprego, fechamento do mercado de emprego, principalmente para os menos escolarizados, e dificuldades da agricultura para estabelecer filhos de camponeses em novas áreas, os assentamentos representam uma possibilidade de vida e reprodução social para muitas famílias que são incluídas no processo econômico enquanto produtoras e consumidoras de produtos, ao mesmo tempo em que abastecem o mercado local com grande diversidade de produtos agrícolas”.⁵⁰

A conquista de assentamentos também impacta para um melhor equilíbrio demográfico com a transferência de parcelas da população

urbana para o campo, sobretudo, nos pequenos municípios, resultando inclusive na formação de novos distritos, como também em uma maior dinamização de atividades socioeconômicas e políticas em municípios com volume expressivo de assentamentos, que segundo o autor influenciam politicamente na conjuntura local, conseguindo em alguns casos eleger vereadores e prefeitos.⁵¹

Os impactos mais correntemente registrados são em relação à economia camponesa e à comunidade assentada. Nestes termos, vale destacar uma melhoria na qualidade de vida, que é mais perceptível em regiões onde predomina o modelo de agricultura industrial em larga escala, segundo o autor citado. Neste contexto, “*o acesso a terra permite as famílias dos assentados uma maior estabilidade e redesenho das estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida*”.⁵² Abordando este aspecto especificamente na região canavieira pernambucana, este autor informou que: “*92% dos assentados consideram que suas vidas está melhor que antes*”.⁵³

Um dado expressivo que também foi confirmado em diversos momentos da pesquisa de campo e foi expresso por João Alves, assim: “*minha vida agora não tem comparação com antigamente. Hoje não tenho vergonha de nenhuma pessoa chegar a minha casa*”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Antonia Monteiro afirmou:

“a vida hoje é melhor que antes. Antigamente não tinha nem para comer e agora tenho para comer e dá a quem chegar a minha casa. O que nunca tive tenho atualmente. Tenho uma televisão, tenho um liquidificador, uma cama boa que não tinha, dormia no chão. Tenho móveis, coisas que nunca imaginei ter. Minha vida mudou por completo”.

Assim, a conquista da terra aumenta a confiança da família camponesa em relação ao presente e ao futuro. Os assentamentos, ao gerar condições básicas de moradia, de trabalho e de estudo se apresentam com potencial para influenciar na projeção dos filhos para uma nova realidade considerada superior em relação à vida dos pais. Sobre isto, uma camponesa entrevistada afirmou: “*veja a terra, é importante para meus filhos porque é aqui que vão produzir o que necessitam. Não é muito,*

mas é aqui. Eu estou satisfeita porque não sei ler, nem escrever e tenho filhos que sabem ler, escrever, sabem utilizar computador. Uma coisa que nunca tive. Por isto, creio que com a terra meus filhos vão ter uma condição melhor que tive em minha infância”. (Antonia Monteiro)

Deste modo, o assentamento é ponto de partida para um futuro melhor. É o lugar de criação dos filhos, de viver e trabalhar. Aspectos que o campesinato junta de modo indissociável na terra, conforme Nazaré Wanderley.⁵⁴ Desta forma, a terra de viver e a terra de trabalhar estão imbricadas de modo singular para atender às necessidades de reprodução social. Por isto, não há como separar o camponês da terra como expressou Cícero Pereira no grupo de discussão sobre a “memória da terra”, realizado no Assentamento de Serrinha: “*o camponês sem terra não pode viver*”. Em outro momento, ele explicou de modo esclarecedor esta expressão: “*é uma coisa feito peixe. O peixe quando vive na água vive muito bem, tranquilo; tirou da água morre. É feito o camponês. Para um camponês sua vida é um pedaço de terra, necessita de um pedaço de terra para sobreviver com a família e viver ali*”.

Considerações finais

A conquista da terra e formação de assentamentos implicou num processo de “recamponesização” de trabalhadores assalariados e sem terras que viviam nas periferias de pequenas cidades interioranas ou mesmo dentro de engenhos e usinas, todavia sem poder cultivar a terra para viver. Tal processo incrementou mudanças no modo de vida de famílias que passaram a administrar suas parcelas orientadas pelas necessidades de reprodução social, ao mesmo tempo em que forjaram nos assentamentos novas formas de sociabilidade. Assim, a terra, um lugar para trabalhar e morar, com as infra-estruturas conquistadas impactou positivamente na vida de assentados, que atualmente avaliam suas condições como melhor em relação ao passado, ao mesmo tempo em que falam do futuro dos filhos com mais autoconfiança.

Este processo político de “desterritorialização do latifúndio” e “territorialização do campesinato” com a resignificação de áreas rurais, outrora ocupadas por engenhos e usinas falidas, é uma expressão do potencial de segmentos populares do campo e da cidade em resistir à crise

socioecológica gerada pelo modelo canavieiro capitalista. Ao mesmo tempo, que explicita o potencial dos camponeses em construir seu próprio desenvolvimento a partir da conquista da terra.

Esta conquista, em alguns assentamentos, está sendo acompanhada de transformações culturais que estão reorientando a coevolução natural e social dentro das parcelas a partir de estratégias agroecológicas, que se pautam pelo manejo ecológico dos recursos naturais e pelo estabelecimento de circuitos curtos de comercialização, de modo auto-gestionário. Desta forma, os camponeses estão conseguindo uma reprodução baseada nos recursos naturais do lugar e portanto mais independente de esquemas de financiamentos e de tecnologias caras e predatórias da revolução verde. Salientamos este processo aqui com a finalidade de indicar, brevemente, que para além da conquista da terra as famílias assentadas, em diversos municípios da região, estão construindo agroecossistemas sustentáveis, que produzem alimentos limpos para o autoconsumo e mercado local conservando os recursos naturais. Um tema novo e carente de reflexões que podem subsidiar a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local a partir de assentamentos e comunidades rurais.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, G. Leal. *A Crise do Setor Sucro-Alcooleiro e suas Conseqüências para a Reforma Agrária na Zona da Mata de Pernambuco: Uma análise a partir da década de 90*. Tese de Mestrado. Recife: UFPE, 2004.

ANDRADE, Manuel C. et al.. *A Cana-de-Açúcar na Região da Mata Pernambucana. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas Décadas de 80 e 90*. Recife: Editora UFPE, 2001.

ARAÚJO, M^a. Lia C. *Luta pela Terra e Modernização da Agricultura*. Mimeo, s/d.

CARVALHO, Horácio Martins de. *A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil*. Mimeo, 2004.

CASTRO, Josué. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CONDEPE. *Mesorregião da Mata Pernambucana: Micro Região Mata Setentrional, da Mata Meridional e de Vitória de Santo Antão*. Recife, 2001.

FAO. *A Reforma Agrária no Contexto da Soberania Alimentar; o Direito à Alimentação e Diversidade Cultural: Terra, Território e Dignidade*. 2006.

- FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e Territorialização*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FONTE, Eliane M^a. Monteiro da. “Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado”. In: *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. WANDERLEY, M^a. de Nazareth B. (Org.). São Paulo: Editora Polis, 2004.
- GUHA, Ramachandra. “El Ecologismo de los Pobres”. In: *Revista Ecología Política*, nº. 8. Barcelona: Icaria, 1994.
- INCRA. *II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco*. Recife, s/f.
- INCRA. *Relação de Projetos de Assentamento por Meso-região*. Recife, Mimeo, 2005.
- LEITE, Sergio et al.. *Impactos dos Assentamentos Rurais*. Texto Base. Mimeo. s/f.
- LEITE, Sergio et. al.. *Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da UNESP/ NEAD, 2004.
- LEITE, Sérgio & MEDEIROS, Leonildes. *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil – Processos Sociais e Políticas Públicas*. MEDEIROS, Leonilde S. de e LEITE, Sérgio P. (orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MOLINA, M. González de & SEVILLA GUZMÁN E. “Perspectiva Socioambientales de la Historia del Movimiento Campesino Andaluz”. In: *La Historia de Andalucía*. Manuel G. de Molina (Editor). Anthropos: Granada, 2000.
- MOREIRA, Emília et. al. “Impactos da política agrária sobre a estrutura fundiária e a produção agrícola na Zona da Mata de Pernambuco”. In: *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. WANDERLEY, M^a. de Nazareth B. (Org.). São Paulo: Editora Polis, 2004.
- NEVES, Delma Pessanha. “A Reforma Agrária Esforçada”. In: *Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. Vera Botta Ferrante e Osvaldo Aly Junior (orgs.). São Paulo: Incra, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. “É hora de mobilizar para cobrar promessas”. In: www.incra.gov.br, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. “Violência e Barbárie: a grilagem de terras no Brasil”. In: *Conflitos no Campo – Brasil, 2005*. Goiânia: CPT, 2005.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatório Final do Grupo Interministerial do Setor Sucroalcooleiro da Região Nordeste*. Brasília: Mimeo, 2004.
- STÉDILE, João P. “Camponeses e indígenas estão se mexendo”. In: *Conflitos no Campo – Brasil, 2005*. Goiânia: CPT, 2005.
- WANDERLEY, M^a. De Nazaré B. *Capital e Propriedade Fundiária: Suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WANDERLEY, M^a. De Nazaré B. “Morar e Trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga”. Em: *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. MARTINS, José de Souza (Coord.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WIZNIEWSKY, José G. *Los Asentamientos de Reforma Agraria y la perspectiva de la Agricultura sostenible: Los casos de Hulha Negra y Piratini. Rio Grande do Sul. Brasil*. Tese doutorado. Universidad de Córdoba. Córdoba: Mimeo, 2001.

Notas

¹ Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação.

² As informações apresentadas neste texto é parte do trabalho de investigação realizado pelo autor para sua tese de doutoramento pela Universidad de Córdoba - Espanha.

³ ANDRADE, Manuel C. et al. *A Cana-de-Açúcar na Região da Mata Pernambucana. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas Décadas de 80 e 90*. Recife: Editora UFPE, 2001, p. 7.

⁴ Sobre isto veja Emília Moreira et. al. “Impactos da política agrária sobre a estrutura fundiária e a produção agrícola na Zona da Mata de Pernambuco”. In: *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. WANDERLEY, M^a. de Nazareth B. (Org.). São Paulo: Editora Polis, 2004, p. 191. De fato, a extinção do IAA ocorre no contexto de grandes transformações econômicas mundiais. Posteriormente à “década perdida” países capitalistas centrais e instituições econômicas como o FMI e o BIRD implementaram o ajuste macro econômico, incrementando: políticas de flexibilização de leis trabalhistas; de privatização e extinção de empresas estatais e de redução do Estado (Estado mínimo). Neste contexto de expansão do domínio do mercado ocorre a extinção do IAA. Órgão estatal criado em 1934 com finalidade de proteção da economia canavieira do Nordeste do Brasil.

⁵ CONDEPE. *Mesorregião da Mata Pernambucana: Micro Região Mata Setentrional, da Mata Meridional e de Vitória de Santo Antão*. Recife, 2001, p. 60. Apenas com o sistema de seguridade social a dívida de 27 usinas pernambucanas era superior a R\$ 630 milhões de reais, em 2005. Sobre a dívida com o INSS veja a página Web: www.previdenciasocial.gov.br/devedores.asp (consulta realizada em 25.08.2005). A dívida das usinas com o Banco do Estado de Pernambuco, foi a principal causa de sua falência e privatização em 1998. Sobre isto, veja ANDRADE, Manuel. C. et. al. *A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana*. Op. cit., p. 68.

⁶ A proteção do Estado aos usineiros é histórica conforme observou Manuel C. de Andrade: “*famílias tradicionais vem controlando engenhos, usinas e destilarias, contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar seus empreendimentos. No governo republicano os usineiros conseguiram leis que lhes facilitavam empréstimos a juros baixos e perdão de dívidas. O governo federal também foi generoso com os grupos nordestinos, fornecendo créditos e avalizando empréstimos em dólares, no exterior*”. ANDRADE, Manuel C. et al. *A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana...* Op. cit., p. 67.

⁷ ALBUQUERQUE, G. Leal. *A Crise do Setor Sucro-Alcooleiro e suas Conseqüências para a Reforma Agrária na Zona da Mata de Pernambuco: Uma análise a partir da década de 90*. Tese de Mestrado. Recife: UFPE, 2004, p. 77.

⁸ Veja LEITE, Sergio et al. *Impactos dos Assentamentos Rurais*. Texto Base. Mimeo, s/d.

⁹ ANDRADE, Manuel. C. et. al. *A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana...* Op. cit., p. 81.

¹⁰ A CPT e a FETAPE foram precursoras na implantação da estratégia de ocupação da terra na região canavieira, realizando a primeira ocupação no período pós regime militar (1964-1985), nas terras do engenho Pitanga. Todavia, a massificação desta estratégia como uma forma de luta social permanente dos camponeses só ocorreu com o MST, que chega ao Estado no final dos anos 80.

¹¹ A fase mais intensa da luta pela terra em Pernambuco coincide com a grande onda de ocupações de terra no Brasil que vai de 1995 até 2000, período que corresponde ao segundo mandato do presidente Fernando H. Cardoso.

¹² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatório Final do Grupo Interministerial do Setor Sucroalcooleiro da Região Nordeste*. Brasília. Mimeo, 2004.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ariovaldo Umbelino de Oliveira observou uma redução dos acampamentos, fato que estaria vinculada ao voto de confiança dado ao governo e suas metas de assentamento de reforma agrária, como também a um possível refluxo das lutas sociais. UMBELINO, Ariovaldo. “Violência e Barbárie: a grilagem de terras no Brasil”. In: *Conflitos no Campo – Brasil, 2005*. Goiânia: CPT, 2005. p. 22. Para João Pedro Stedile, líder do MST, a causa do desânimo dos trabalhadores para implantarem acampamentos é a espera pelas desapropriações. STÉDILE, João P. “Camponeses e indígenas estão se mexendo”. In: CPT. *Conflitos no Campo – Brasil, 2005*. Op. cit. p. 208.

¹⁵ No Brasil havia cerca de 140 mil famílias acampadas que representam “*um contingente de 600 mil pessoas vivendo em condições desumanas*”. STÉDILE, João P. “Camponeses e indígenas...”. In: CPT. *Conflitos no Campo – Brasil, 2005*. Op. cit., p. 208.

¹⁶ INCRA. *II Plano Regional de Reforma Agrária...* Op. cit., p. 41. Para a CPT existem em Pernambuco 30 mil famílias demandantes de terra, s/d.

¹⁷ Termo utilizado por Bernardo Maçano para designar o processo de disseminação da luta por terra. Veja FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e Territorialização*. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹⁸ CPT. *Conflitos no Campo – Brasil, 2005*. Op. cit.

¹⁹ Termo empregado por Josué de Castro para se referir a realidade do Nordeste nas décadas anteriores ao regime militar. Veja a respeito CASTRO, Josué. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 11 e 19.

²⁰ Veja o excelente artigo: ARAÚJO, Maria Lia Correa de. *Luta pela Terra e Modernização da Agricultura*. mimeo, s/d, p.8.

²¹ ARAÚJO, Maria Lia Correa de. *Luta pela Terra e Modernização da Agricultura...* Op. cit., p. 6.

²² Este debate foi bem abordado por Manuel G. de Molina e Eduardo Sevilla de Guzmán seguindo Gadil y Guha. Veja a respeito MOLINA, M. González de & SEVILLA GUZMÁN E. “Perspectiva Socioambientales de la Historia del Movimiento Campesino

Andaluz”. In: *La Historia de Andalucía*. Manuel G. de Molina (Editor). Anthropos: Granada, 2000, pp. 239-287 e pp. 257-259.

²³ Expressão empregada por Ramachandra Guha para designar pessoas do campo que foram deslocadas para as cidades em busca de emprego. GUHA, Ramachandra. “El Ecologismo de los Pobres”. In: *Revista Ecología Política*, Nº 8. Barcelona: Icaria, 1994, p. 137.

²⁴ WANDERLEY, M^a. De Nazaré B. *Capital e Propriedade Fundiária: Suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 90.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Todo o processo de luta, enfrentamento, acampamento, despejos deve ser compreendido como um processo que gera sociabilidade e onde se aprende da própria situação existencial. O acampamento enquanto um espaço provisório (sic) e preparatório para a entrada definitiva na terra serve para a socialização política e como oportunidade para reconstrução de suas relações com a terra, muitas vezes “borrada” pelo processo histórico de avanço das forças produtivas e proletarização do campesinato.

²⁷ FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e Territorialização*. Op. cit., p. 239.

²⁸ A cesta básica de alimentos do INCRA é irregular e insuficiente para manter uma família acampada.

²⁹ Atos violentos como incêndios, destruição de barracas, despejos e assassinatos de camponeses eram noticiados frequentemente. Uma destas denuncia expressa a indignação do bispo presidente da CPT Dom Tomás Balduino que afirmou existir: “*uma guerra contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*”. Isto, segundo ele, devia ser compreendido como uma tentativa de deslegitimar o MST o qual considera como “*um movimento dos pobres que seguem se articulando, organizando, conquistando espaço na sociedade classista e elitista*”. (*Jornal do Comércio*, Caderno Cidades, 18.04.2005, p. 02). Em 29.10.2005 este informativo noticiou o assassinato de Anilton Martins da Silva um líder do MLST, ao mesmo tempo em que informava em manchete que *Mas 7 pessoas estão sentenciadas de morte*. (*Jornal do Comércio*, Caderno Cidades, p. 02). Em 09.12.2005, registrou outro ato violento contra camponeses: “*barracas do MST foram incendiadas em acampamento do Engenho Manguiinhos por homens que durante a noite colocaram fogo nas casas de palha*”. (*Jornal do Comércio*, Caderno Cidades, p. 02).

³⁰ FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e Territorialização*. Op. cit., p. 239.

³¹ A Constituição Brasileira de 1988 estabelece em seu Artigo Nº 186 que a desapropriação de terra deve ocorrer quando esta não cumpra sua função social. Para cumprir sua função social a propriedade rural deve atender, simultaneamente, critérios e graus de exigência estabelecida em lei: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação de meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

³² OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. “É hora de mobilizar para cobrar promessas”. Entrevista a Biblioteca de Reforma Agrária do INCRA, 2004. Capturado na página www.incra.gov.br. Em 06.03. 2006.

³³ CARVALHO, Horácio Martins de. *A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil*. Mimeo, 2004.

³⁴ Os camponeses não crêem que o INCRA seja capaz de “avançar na reforma agrária”. Além de um quadro funcional insuficiente e desinteressado na Reforma Agrária o órgão não conhece sequer a titularidade das terras brasileiras, como afirmou a superintendente em Pernambuco: “*o trabalho de ordenamento territorial através do geo-referenciamento de terras é uma necessidade ainda não cumprida no País. Portanto, ninguém sabe quais são as terras, de quem são as terras, onde estão as terras ecológicas, onde o meio ambiente está preservado, quem tem que preservar*”. (Maria Oliveira).

³⁵ Veja Guibu citado por ALBUQUERQUE, G. Leal. *A Crise do Setor Sucro-Alcooleiro...* Op. cit., p. 96.

³⁶ NEVES, Delma Pessanha. “A Reforma Agrária Esforçada”. In: *Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. FERRANTE, Vera Botta & JUNIOR, Osvaldo Aly (orgs.). São Paulo: Incra, 2005, p. 74.

³⁷ O denominado Fórum Paralelo foi organizado pela Via Campesina, CONTAG e outros movimentos sociais, ocorrendo simultaneamente ao evento oficial. De acordo com este Fórum existem três tipos de R.A., que se classificam assim: a) R.A. Oficiais: são aquelas propostas pelo Banco Mundial. Estas Contribuem para a despolitização da questão da terra; são políticas consideradas como adversas à agricultura familiar; b) R.A. Lideradas pelo Estado: Cuba e Venezuela; e, c) Reforma da Terra Dirigida desde “baixo”: são os movimentos que exercem pressão sobre os governos por meio de ocupação de terra em todo mundo (exemplo: Brasil, Paraguai, Bolívia, Honduras, Nicarágua, África do Sul, Indonésia, Índia e muitos outros). Sobre isto, veja o documento “A Reforma Agrária no Contexto da Soberania Alimentar, o Direito à Alimentação e Diversidade Cultural: Terra, Território e Dignidade”. FAO, fevereiro de 2006.

³⁸ Os dados aproximativos que apresentamos é produto de um cruzamento de informações levantadas junto ao INCRA (SR - 03), FUNTEPE e Projeto RENASCER.

³⁹ De acordo com o INCRA a área territorial do Estado corresponde a 9.852.660 mil hectares. Veja o *II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco...* Op. cit., p. 30.

⁴⁰ Idem, p. 43. Isto sem mencionar o “stock” de terras devolutas existentes em Pernambuco que são da ordem de 5.526.069 hectares de acordo com informação apresentada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira na palestra: “Terra e Sustentabilidade Alimentar”, realizada em 06.06.2006 na Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

⁴¹ INCRA. *Relação de Projetos de Assentamento por Meso-região*. Recife: mimeo, 2005.

⁴² LEITE, Sergio et. al. *Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da UNESP/ NEAD, 2004.

⁴³ Idem, p. 252.

⁴⁴ Bernardo Maçano Fernandes afirma que a territorialização camponesa implica na desterritorialização do latifúndio. Assim, maneja teoricamente estas duas categorias que desde seu ponto de vista são antagônicas. Veja FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação...* Op. cit.

⁴⁵ FONTE, Eliane M^a. Monteiro da. “Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado”. In: *Globalização e Desenvolvimento Sustentável...* Op. cit., p. 177.

⁴⁶ LEITE, Sérgio et. al. *Impactos dos Assentamentos...* Op. cit., p. 260.

⁴⁷ Veja sobre isto na tese de doutoramento de José G. Wizniewsky que foi apresentada ao ISEC em 2001, com o título *Los Asentamientos de Reforma Agraria y la perspectiva de la Agricultura sostenible: Los casos de Hulha Negra y Piratini. Rio Grande do Sul. Brasil*. Córdoba: Mimeo, p. 394.

⁴⁸ LEITE, Sérgio et. al. *Impactos dos Assentamentos...* Op. cit., p. 247.

⁴⁹ A partir da década de 90 os assentamentos se constituíram em um tema importante para a academia que promoveu investigações, seminários e publicações em todo Brasil. Uma pequena parte desta bibliografia está citada no corpo deste trabalho.

⁵⁰ LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonildes. *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil – Processos Sociais e Políticas Públicas*. MEDEIROS, Leonilde S. de & LEITE, Sérgio P. (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

⁵¹ LEITE, Sérgio et. al. *Impactos dos Assentamentos...* Op. cit.

⁵² Idem, p. 249.

⁵³ Idem, Veja páginas: 233; 249 e 250.

⁵⁴ WANDERLEY, M^a. Nazaré B. “Morar e Trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga”. In: *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. MARTINS, José de Souza (Coord.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 203-246.

ANEXO

Tabela: Projetos de Assentamentos por Mesorregião de Pernambuco.

MESOREGIÃO	INCRA SR – 03			RENASCER			FUNTEPE		
	Nº Projetos Assentamentos	Área Ha	Nº de Famílias	Nº Projetos Assentamentos	Área Ha	Nº de Famílias	Nº Projetos Assentamentos	Área Ha	Nº de Famílias
Agreste	77	61.078,96	3.561	71	246,43	1.581	15	4.877,50	815
Mata	112	64.431,51	6.073	15	3.204,83	281	18	11.314,91	1.729
Metropolitana	27	16.345,17	1.710	1	173,70	24	10	2.410,87	676
Sertão	27	23.880,75	1.156	40	20.030,76	698	2	727,08	40
São Francisco	–	–	–	20	8.306,34	323	2	1.968,57	213
Total	243	165.736,38	12.500	147	31.962,06	2.907	47	21.298,93	3.473

Fonte: INCRA (2005) e II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco. Tabela elaborada pelo autor a partir de cruzamentos de dados do INCRA SR - 03 (Governo Federal), Projeto Renascer e Funtepe (Governo do Estado). Em função das dificuldades de conseguir informações sobre assentamentos do INCRA SR – 29 (Sertão do São Francisco) estes dados devem ser considerados como aproximativos.